

19 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP

Gestão do Plano Plurianual

O Programa tem como objetivo elaborar, gerir a execução e avaliar os resultados do Plano Plurianual, visando a melhoria da qualidade do gasto público, de forma a permitir a aplicação planejada de recursos coadunando com as Diretrizes Estratégicas do Presidente da República. Desse modo, busca fornecer insumos para a tomada de decisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto à seletividade de programas e à melhor combinação de ações para atingir os resultados esperados pelo PPA.

Estudos para o Aperfeiçoamento dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

O estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, iniciado em 1998, com a formação da parceria entre o Ministério do Planejamento e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), constitui a referência geográfica para a integração das políticas públicas, tornando mais clara a localização de gargalos e elos faltantes, os impactos sociais e ambientais, a definição de prioridades e a identificação de oportunidades de investimentos. Esse estudo é uma das bases para o planejamento territorial.

Com o intuito de promover a revisão de cenários e atualização do Portfólio dos Eixos, foi contratado, por meio de concorrência, com recursos do BNDES, “Estudo de Atualização do Portfólio de Oportunidades dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento” com o Consórcio Monitor e Boucinhas & Campos. Os resultados finais foram apresentados em 30 de setembro de 2003 e estão sintetizados na forma de relatórios – 14 produtos, 43 volumes e um CD da base de dados – que poderão ser utilizados no período de revisão e atualização, na gestão do PPA e no processo de celebração dos pactos de concertação.

Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual

O processo de avaliação anual do PPA, realizado em 2003, foi adequado à transição de Governo e, portanto, realizado de forma diferente dos anos anteriores. As mudanças ocasionadas pela eleição do novo Governo levaram à necessidade de se produzir uma avaliação com informações sobre resultados, concepção e implementação dos programas, capazes de subsidiar a nova equipe dirigente do Governo Federal. As modificações incorporadas ao processo de avaliação também foram adotadas com o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano Plurianual 2004/2007, no sentido de promover uma discussão sobre os programas que compõem o PPA 2000/2003, no que se refere à sua concepção e gestão.

A Avaliação do Plano foi coordenada pelo Ministério, contemplando a análise das variáveis macroeconômicas, mediante a comparação entre o cenário utilizado na elaboração do Plano e a conjuntura atual. Foi realizada em três etapas, pelas várias instâncias de implementação do PPA: gerentes de programas, ministérios setoriais e Ministério do Planejamento. Na Avaliação dos Programas, os gerentes procederam à análise dos resultados, da concepção e da implementação, recomendando aperfeiçoamentos nos programas e na sua gestão.

A Avaliação Setorial foi realizada sob a orientação da Secretaria-Executiva ou órgão equivalente dos ministérios, pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA e pela coordenação de gerentes de programas em cada órgão, quando existente. A finalidade, neste caso, foi avaliar os resultados do conjunto dos programas, identificando os fatores de sucesso, as dificuldades enfrentadas e os desafios setoriais colocados para o PPA 2004/2007. Analisaram-se, também, os problemas setoriais que cada ministério busca enfrentar na sociedade, assim como a pertinência, a consistência e a suficiência dos programas.

Na sua terceira versão, o processo de Avaliação do Plano Plurianual incorporou a Avaliação de todas as Entidades Vinculadas aos Ministérios, quanto às suas práticas de gestão. Esta avaliação foi coordenada pela Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Manual de Avaliação foi alterado, passando a analisar, com maior profundidade, os problemas que deram origem aos programas, tanto do ponto de vista de cada Programa, como pela visão setorial do conjunto dos programas. A possibilidade de discussão acerca da origem dos programas gerou um conjunto maior de informações de análise, resultando em um relatório mais denso e detalhado.

Foi realizado, a partir de setembro de 2002, esforço de conscientização e mobilização dos dirigentes dos órgãos setoriais, dos gerentes dos programas e suas equipes. Esse trabalho foi realizado em três etapas: capacitação para a Avaliação Setorial, reunindo os representantes dos ministérios na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP; realização de reuniões em todos os Ministérios, com os gerentes e equipes, para uma pré-avaliação dos programas, com o objetivo de apresentar os conceitos e critérios contidos no Manual de Avaliação do PPA; e realização de Teleconferência, com transmissão nacional, para a capacitação das entidades vinculadas.

O processo de avaliação também incluiu etapas fundamentais ao seu aperfeiçoamento, com o retorno da avaliação do Programa ao gerente e ao órgão setorial, para verificação e conformidade em relação às modificações introduzidas em etapas posteriores à sua intervenção original. O Relatório de Avaliação Anual do PPA 2000/2003, exercício 2002, apresentado ao Congresso Nacional em abril de 2003, é uma referência para a apreciação dos projetos de lei de Revisão do Plano, das Diretrizes Orçamentárias, dos Orçamentos Anuais e para a elaboração do PPA 2004/2007.

Para a avaliação do exercício 2003, foram feitas adaptações no Manual de Avaliação, de forma a atender às especificidades do exercício relativas ao encerramento do Plano Plurianual 2000/2003 e ao processo de elaboração do Plurianual 2004/2007. Para tanto, foi desenvolvido o Programa de Ação 2003, com o apoio da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI, com vistas a assegurar um eixo comum de atuação dos diversos ministérios nesse último ano de execução dos programas do PPA 2000/2003, considerando a ausência de um referencial de médio e longo prazos, que traduzisse os compromissos assumidos pelo novo Governo com a sociedade brasileira.

Para acompanhamento das metas estabelecidas no Programa de Ação 2003, foram elaborados relatórios bimestrais, em conjunto com os órgãos setoriais, que contemplam as considerações gerais e o diagnóstico sucinto da situação setorial, as informações gerais de cada meta, bem como acompanha a situação de um grupo de programas vinculados, que mais estreitamente contribuem para o alcance das metas. A partir das informações do Relatório foi elaborado um volume, denominado *Sumário Executivo* que contém uma síntese das principais informações.

Quanto ao monitoramento foram elaborados os seguintes produtos: Discussão e definição das Metas prioritárias para o Acompanhamento do Programa de Ação 2003 e a edição de três Relatórios de Acompanhamento dessas Metas para a Presidência da República; Acompanhamento do desempenho físico das ações do orçamento 2003, por meio do SIGPLAN, propiciando subsídios para a gestão de restrições; e a coordenação técnica da elaboração da Mensagem Presidencial 2003. Os recursos aplicados resultaram na manutenção e atualização do Sistema além de apoiar as mudanças introduzidas no SIGPLAN para a elaboração do Plano Plurianual 2004-2007.

Gestão dos Orçamentos da União

A eficácia no uso de recursos públicos é considerada um dos fatores fundamentais para explicar as diferentes trajetórias de crescimento econômico e social de países em desenvolvimento. Investimentos em projetos inacabados, desperdícios, desvios e mau uso de recursos públicos ocasionam efeitos negativos não somente as contas públicas, mas também a taxa de crescimento da economia. O elevado custo social do desperdício tem levado a sociedade brasileira a assumir postura ativa no processo alocativo do gasto público, inclusive na avaliação do impacto das externalidades.

Nesse contexto, em face das profundas modificações introduzidas no processo de elaboração, execução e monitoramento do orçamento, encontram-se em implementação, na Secretaria de Orçamento Federal - SOF, mudanças substantivas no modelo de gerenciamento do processo orçamentário. Nesse novo modelo de gerenciamento preconiza-se a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público de modo a proporcionar ao Estado as condições necessárias para o cumprimento de suas funções com menor dispêndio de recursos, incrementando, ao mesmo tempo, a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Nesse sentido, o Programa *Gestão dos Orçamentos da União* está voltado para a forte sinergia entre as áreas de planejamento, orçamento e gestão, cuja estratégia de implementação baseia-se em esforços conjuntos dessas áreas, relacionados desde a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA à avaliação do Plano Plurianual - PPA, perpassando pela mobilização e pela capacitação

permanente de gestores e a divulgação dos resultados à sociedade, visando dar total transparência às ações voltadas para o cumprimento do Programa de Governo.

O espectro do Programa Gestão dos Orçamentos da União foi desenvolvido de forma a privilegiar a gestão do Sistema Orçamentário do Governo Federal. Suas ações são de responsabilidade da Secretaria de Orçamento Federal - SOF e do Departamento de Controle das Empresas Estatais – DEST/SE, não tendo ações desenvolvidas por outras unidades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Coordenação do Processo Orçamentário

A Ação tem por finalidade a orientação, a coordenação e a supervisão, sob o ponto de vista da técnica, dos órgãos setoriais de orçamento; a preparação do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Proposta Orçamentária da União; e o estabelecimento das normas necessárias à elaboração e à implementação dos orçamentos federais, propiciando condições para alocação mais eficiente e eficaz dos recursos públicos de forma a tornar mais efetivo o impacto das políticas na sociedade. A SOF vem pautando a gestão dos orçamentos fiscal e de seguridade da União, por meio da reestruturação do sistema orçamentário federal voltado para os seguintes objetivos:

- organizar o sistema orçamentário federal, articulado com o sistema de planejamento, facilitando a integração dos programas e prioridades de governo e o processo decisório de alocação de recursos;
- ampliar a Ação de articulação e integração entre os órgãos e unidades componentes do sistema orçamentário;
- reestruturar os processos de elaboração e de execução orçamentárias, estabelecendo mecanismos de integração e articulação e aperfeiçoando o grau de gerenciamento interno e externo;
- reestruturar o Sistema Orçamentário Federal, sob o ponto de vista organizacional e de rotinas administrativas e técnico-operacionais;
- promover o desenvolvimento dos recursos humanos vinculados ao Sistema Orçamentário; e
- desenvolver nova plataforma tecnológica de suporte às ações inerentes ao processo orçamentário, por intermédio da modernização do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR.

Nesse contexto, a SOF pautou os seus trabalhos em 2003 com vistas ao aprimoramento de sua missão institucional e à preparação das bases necessárias para a implementação das mudanças substantivas no modelo de gerenciamento do processo orçamentário. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a elaboração do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentou avanços no que diz respeito ao estabelecimento de metas fiscais, à expansão de despesas obrigatórias de natureza continuada, assim como aos anexos de prioridades e metas dos programas e ações.

Foi revisada a estrutura programática para 2004 em consonância com o PPA 2004-2007, por intermédio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN, que serviu como base qualitativa para as propostas setoriais dos Ministérios. O PPA 2004-2007 (Plano Brasil de Todos) foi construído para mudar o Brasil e inaugura modelo de desenvolvimento de longo prazo, posterior a 2007, destinado a promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira. Nesse cenário, o orçamento anual caracteriza-se como peça-chave de viabilização das diretrizes, objetivos e metas constantes do planejamento social e econômico do Governo.

A avaliação dos produtos e resultados obtidos na execução da Ação de coordenação do processo orçamentário indica mudanças em alguns aspectos do trabalho de coordenação desempenhado pela SOF, porém, com o propósito de propiciar subsídios para que haja uma gestão integrada do plano e do orçamento, faz-se mister a incorporação da priorização das atividades estratégicas, indutoras do crescimento econômico, e o uso intensivo do gerenciamento.

No que concerne especificamente à sistemática de elaboração da proposta orçamentária, pretende-se caminhar para uma redução da rigidez de gastos do orçamento, em face das atuais vinculações de receitas e proteção de despesas orçamentárias. A flexibilidade na alocação dos recursos orçamentários é de fundamental importância para a melhoria do poder decisório e da avaliação da capacidade do poder público de intervir na economia com políticas econômicas acíclicas e procíclicas indutoras do crescimento econômico.

Os principais produtos do trabalho de coordenação do processo orçamentário, em 2003, podem ser expressos nos atos normativos gerados no âmbito da SOF. Excluídos os projetos das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual, foram publicados nove Decretos em conjunto com a Secretaria do Tesouro

Nacional e 79 portarias, todos sobre programação orçamentária e financeira. Além disso, foram publicados 61 projetos de leis versando sobre créditos suplementares e especiais; 27 medidas provisórias oriundas de créditos extraordinários; 45 decretos de créditos, nos casos autorizados em lei; bem como, 32 portarias de alteração da programação orçamentária.

No âmbito da tecnologia da informação, duas ações estão relacionadas com o processo de modernização tecnológica da SOF: o projeto *Desenvolvimento do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR* e a atividade *Sistema Informatizado do Orçamento Público Federal*, ambas de profunda pertinência e importância para o adequado cumprimento da missão institucional da SOF.

Em 2003, novas bases de informações foram agregadas às existentes e integradas aos aplicativos do SIDOR e, nesse aspecto, cabe destacar: a integração do ambiente de *visões* no Cadastro de Ações com SIGPLAN, o aperfeiçoamento do Sistema de Receitas Administradas e Próprias; a adequação do sistema de Captação da Proposta Orçamentária, na versão WEB (*Internet*); o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema de legislação, que se encontra homologado e em operação no ambiente de produção do SIDOR; o aperfeiçoamento do Volume-sumário, que é um resumo do processo de formalização do Projeto de Lei Orçamentária – PLO; e a definição e sistematização de rotinas e procedimentos informatizados destinados à alimentação dos bancos de dados do Prodasen, com informações do PLO.

Em relação à plataforma *Internet*, houve uma intensificação em seu uso, servindo na disseminação de informações relevantes para o enriquecimento dos produtos disponibilizados e como insumo fundamental no processo de elaboração do PPA 2004-2007 e da Lei Orçamentária de 2004. A utilização da *Internet* como forma de comunicação entre os usuários externos e o SIDOR está também contemplada nas fases de cadastramento da programação e na captação da proposta, tornando-se uma via alternativa ao tradicional acesso por rede de terminais e emuladores de terminais "mainframe" existente, em que pese à inadequação da infra-estrutura de equipamentos disponíveis, especialmente os *servidores de rede*.

Gestão do Patrimônio Público

O Programa tem como objetivo administrar os bens imóveis de domínio da União, dando-lhes a destinação prevista em lei, sendo alienados os bens imóveis inservíveis aos objetivos da Administração Pública, de forma a reduzir os encargos administrativos e financeiros com sua manutenção.

No que se refere à Ação *Transações Imobiliárias da União*, apurou-se, como resultado deste exercício, a homologação de 89 aforamentos/domínio útil, sob a forma gratuita, a usuários com preferência, representando um valor de R\$ 3.222.415,32 (três milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e dois centavos). A remição do aforamento de nove imóveis e a alienação do domínio pleno de 13 imóveis renderam aos cofres públicos R\$366.339,50 (trezentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos) e R\$1.775.575,33 (um milhão, setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos), respectivamente. Para o exercício de 2003, foi prevista a alienação de 200 imóveis, tendo sido alcançado pouco mais de 50% da meta.

No tocante à Ação *Cadastramento dos Imóveis Localizados em Áreas de Domínio da União*, em 2003, foram cadastrados 10.208 imóveis dominicais, conforme detalhado na planilha a seguir:

PE	2.162	PB	372	RS	46
RJ	2.104	RN	312	GO	45
MA	1.122	PR	278	PA	23
SC	1.088	MT	272	MS	16
SE	492	ES	261	AM	10
SP	481	BA	238	DF	0
AL	453	PI	54	MG	0
CE	379				

TOTAL: 10.208

Fonte: Relatório obtido do "download" do módulo cadastramento do SIAPA, em 30.11.2003

O quantitativo patrimonial dos imóveis da União constantes no SIAPA - Sistema Integrado de Administração Patrimonial está avaliado em R\$9 bilhões.

No âmbito da Ação "Administração do Patrimônio Imobiliário da União", foi consolidado e regularizado o cadastro dos imóveis, por parte das Gerências Regionais, enquanto a SPU mantém gestões junto às

Unidades Gestoras – UG, de forma a complementar o trabalho, além de implementado o módulo de gerenciamento das Ações Judiciais, incidentes sobre os imóveis da União, desenvolvido em parceria com a Procuradoria Regional da União. Em face da alteração dos órgãos integrantes da Presidência da República e seus Ministérios, tornou-se imperiosa a realização de um diagnóstico ocupacional da Esplanada dos Ministérios, com levantamento das áreas ocupadas, objetivando racionalizar o uso dos espaços de acordo com as necessidades de cada órgão.

Durante o primeiro semestre/2003, foi realizada a vistoria de todos os andares dos prédios existentes na Esplanada, além de seus anexos, e coletada as informações das áreas ocupadas, identificando órgãos, quantitativo de pessoal e taxa de ocupação (m²) por servidor. Os dados subsidiaram os Ministérios e o resultado deste trabalho auxiliou a decisão ministerial de se definir critérios para a redistribuição de espaços, inclusive com proposta de padronização de mobiliário, revestimentos, divisórias, sinalização interna e externa, objetivando: reduzir custos futuros; adequar os espaços físicos à nova estrutura do Governo Federal; racionalizar a ocupação destes espaços; e, finalmente, tornar mais eficiente a sinalização externa dos blocos da Esplanada.

As informações completas a respeito deste projeto de padronização foram distribuídas às Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOAs dos Ministérios, por meio de *folder* e CD-ROM, com fotos, plantas, planilhas e apresentação.

No que diz respeito à área de Próprios Nacionais, ou seja, aqueles imóveis destinados ao uso do Serviço Público Federal, com a extinção do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - DNER e após a conclusão dos trabalhos da Inventariança, foi encaminhado relatório contendo 717 (setecentos e dezessete) imóveis que estão em processo de incorporação ao patrimônio da União, para, posteriormente serem destinados, levando-se em consideração a proposta de destinação sugerida por aquela Inventariança, assim como as atuais necessidades dos órgãos federais.

Foram autorizadas diversas transações patrimoniais no exercício de 2003, apesar da concentração de esforços da SPU voltados para o combate à inadimplência e cobrança das receitas patrimoniais sujeitas à prescrição e decadência, ensejando a necessidade de deslocamento dos servidores da SPU para esta finalidade, o que resultou em um volume menor de processos em relação aos exercícios anteriores.

A seguir são apresentadas as transações imobiliárias autorizadas pela SPU objetivando a utilização e regularização dos imóveis Próprios Nacionais: 19 cessões gratuitas de imóveis para os órgãos da Administração Pública Federal Indireta, avaliados em R\$ 8.690.739,80; 81 entregas de imóveis para órgãos da Administração Pública Federal Direta, avaliadas em R\$ 219.129.303,70; 100 incorporações de imóveis ao patrimônio da União, para uso no serviço federal, avaliados em R\$ 98.000.875,18; 1 transferência de imóvel da União para outro órgão de Governo, avaliado em R\$ 480.992,94; e 24 outras transações avaliadas em R\$ 7.173.497,77 referente aos imóveis residenciais funcionais foram deferidos 200 processos, sendo 68 Outorga de Permissão de Uso; 28 Rescisão de Termo de Ocupação; 55 Revoga de Permissão de Uso; e 49 Ratificação de Outorga ou Permissão de Uso.

Em 2003, os principais processos autorizados na área social foram:

Regularização fundiária urbana – a Secretaria vem colaborando com o Ministério das Cidades, no Programa de regularização fundiária em diversas regiões do País. No ano de 2003, estabeleceu-se no âmbito do PPA a meta de regularização de imóveis para 20 mil famílias. Por meio dos projetos analisados na SPU concretizaram-se as outorgas das cessões, doações, transferências de áreas para programas de reforma agrária, regularizações fundiárias urbanas, projetos habitacionais, que culminaram com o atendimento de **98.344** famílias. Outro ponto que cabe ressaltar é a regularização fundiária do Município de Belterra, localizado no Estado do Pará, cuja origem histórica está ligada ao projeto do industrial Henry Ford, implantado na região amazônica, no início da década de 1930 e encerrado em 1945. A área é objeto do Projeto de Lei nº 4.176, de 2001, em tramitação no Congresso Nacional e que visa transferir, a título gratuito, aos Municípios de Belterra e de Aveiro, os imóveis constituídos por terrenos e benfeitorias, de propriedade da União, localizados nos respectivos territórios municipais.

Reforma agrária - dando apoio ao Programa de reforma agrária do Governo Federal, a SPU identificou áreas de propriedade da União vocacionadas a assentamentos rurais. Outro Programa a ser destacado é o da regularização das ocupações das ilhas de várzea no Estado do Pará. Esse Programa é coordenado pelo INCRA e pela SPU/PA e objetiva o reconhecimento da posse de aproximadamente 500 ilhas, exploradas, secularmente, por populações tradicionais ribeirinhas que vivem basicamente da pesca e do extrativismo. Trata-se de um grande anseio da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Pará, de Sindicatos e Associações de Trabalhadores Rurais, Colônia de Pescadores, Movimento Grito da Terra e de outras entidades.

Recursos Para o Desenvolvimento

Dentro do escopo do objetivo do Programa de ampliar as fontes de recursos não-fiscais para o financiamento de programas e de outras oportunidades de investimentos, podemos destacar a contribuição das principais ações abaixo:

Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais

A análise da carteira de projetos de investimento com financiamentos externos indicou que, em 31/12/02, vários empréstimos estavam sobre-estimados, seja em relação à capacidade técnica de execução, seja em relação ao espaço orçamentário existente. Essa sobre-estimação provocava custos financeiros desnecessários para o País e prejudicava o planejamento realista das atividades. Em 2003, foram adotadas as seguintes medidas:

- adotou postura criteriosa com relação às novas contratações, no sentido de verificar a compatibilidade entre a solicitação de empréstimo e a capacidade do solicitante, tanto no que se refere à performance de execução, como à disponibilidade financeira. Isto resultou na contenção das autorizações para contratação de novos empréstimos, no 1º semestre;
- adaptou a programação do País com os organismos multilaterais e com as agências bilaterais de modo a ajustá-la às prioridades do novo Plano Plurianual, de forma a maximizar a utilização de recursos externos nas ações de maior relevância para o País, sem afastar-se das diretrizes pautadas pelo ajuste fiscal;
- utilizou a aprovação de projetos em fases, quando possível, de modo que cada contratação tivesse valor menor, em um sistema no qual a segunda fase de um projeto apenas seja efetivamente contratada quando o desempenho da primeira fase atingir certos estágios. A contratação de operações menores reduz os custos financeiros e evita que fiquem pendentes empréstimos de maior valor, nos casos em que a execução do projeto mostra-se mais lenta do que o inicialmente previsto;
- empreendeu reuniões periódicas de revisão da carteira de projetos em execução, com a participação dos bancos e dos responsáveis pelos projetos cuja implementação não é considerada satisfatória, visando readequá-la à realidade fiscal e técnica;
- aprovou, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, cancelamentos de valores residuais decorrentes de ganho cambial no âmbito de projetos financiados com recursos contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e ao Banco Mundial – BIRD.

No ano fiscal de 2003 (01/julho/02 a 30/junho/03), o BIRD aprovou nove projetos, aí incluídos US\$ 909,09 milhões para projetos de ajuste fiscal e US\$ 328,11 milhões para projetos de investimentos. Destes últimos, US\$ 192,12 milhões foram para quatro projetos federais e US\$ 136,0 milhões foram para três projetos estaduais (um para o Estado de Pernambuco e dois para o Estado da Bahia). No mesmo período, sete contratos foram firmados no valor total de US\$ 1,699 bilhão. Já no ano fiscal 2004 (julho/2003 a junho/2004), até dezembro de 2003, seis contratos foram firmados no valor total de US\$ 645 milhões.

Os desembolsos do ano fiscal de 2003 do BIRD atingiram US\$ 1,761 milhões, enquanto os pagamentos foram da ordem de US\$ 1,86 bilhão. No ano fiscal 2004, até dezembro/2003, haviam sido desembolsados US\$ 653 milhões (incluindo programas de ajuste) e pagos US\$ 1,12 bilhão.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID aprovou, no ano calendário 2003, três projetos para investimentos, no valor de US\$ 242,2 milhões, sendo 2 para o Estado e Município de São Paulo, no valor de US\$ 120,4 milhões, respectivamente e um para o Estado do Ceará (CAGECE), no valor de US\$ 121,8 milhões.

No mesmo período, foram celebrados dois contratos, no valor total de US\$ 155,0 milhões, sendo US\$ 5,0 milhões para o Tribunal de Contas da União e outro de US\$ 150,0 milhões para o Banco do Nordeste - BNB. Até dezembro/03, foram desembolsados US\$ 1,092 bilhão e pagos US\$ 2,782 bilhões (incluindo programas de ajuste).

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA aprovou na Diretoria, em 17/03/2003, US\$ 27,5 milhões para o Programa Integrado Zona Norte “Entrada da Cidade” – Município de Porto Alegre.

Com relação ao “Global Environment Facility” - GEF, mecanismo financeiro de cooperação internacional que prevê doações para projetos que beneficiem o meio ambiente global, o Governo brasileiro aprovou, no ano de 2003, oito propostas de projetos, sendo sete referentes ao Setor Público, no total de US\$ 59,35 milhões e uma para o Setor Privado, no valor de US\$ 813 mil. Foram também aprovadas e submetidas ao GEF cinco Notas Conceituais (idéias de projeto) que, se aprovadas pelo Fundo, deverão originar projetos no montante de US\$ 97,60 milhões.

Coordenação da Integração da Infra-Estrutura da América do Sul – IIRSA

A iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul - IIRSA é uma Ação multinacional que envolve os doze países da América do Sul. A idéia central da iniciativa é a identificação e implementação de projetos de integração nas áreas de transportes, energia e comunicação, com o objetivo de construir um espaço comum de prosperidade na região, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Do mesmo modo, trabalha-se na harmonização de marcos regulatórios para que o investidor tenha a certeza do ambiente legal e a garantia do justo retorno ao capital investido.

A IIRSA realizou, em julho de 2003, na Venezuela, a 4ª Reunião do Comitê de Direção Executiva - CDE, que é o mais alto colegiado da IIRSA, responsável pela sua orientação estratégica. Na 5ª Reunião do CDE, realizada em Santiago do Chile foi feita uma análise dos principais resultados de 2003: identificação dos agrupamentos de projetos de infra-estrutura em cada um dos Eixos de Integração de Desenvolvimento, com os respectivos projetos âncora; definição dos fatores de análise dos projetos (critérios de priorização); discussões sobre a Visão Estratégica; protótipo da nova página na Internet; realização da 1ª reunião do Grupo Técnico Executivo de Tecnologias da Informação e Comunicações (GTE-TIC), no mês de setembro, em Brasília, com a definição dos principais projetos e estudos a serem executados; realização de estudos sobre os processos setoriais (passagens de fronteira, transportes – aéreo, marítimo e multimodal, entre outros).

Promoção de Investimentos Estruturantes no PPA – Investe Brasil

O Termo de Parceria firmado pela União, por intermédio do Ministério, com a INVESTE BRASIL (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), tendo como objetivo a “cooperação entre as partes para a promoção externa do Brasil e a divulgação a investidores nacionais e estrangeiros e a instituições formadoras de opinião de informações sobre a economia brasileira, Mercosul, programas sul americanos de interesse do Brasil e sobre o ambiente de negócios e oportunidades de investimentos no País, sobretudo projetos de infra-estrutura, em todas as suas áreas” estabelece que as atividades permanentes da INVESTE BRASIL são custeadas paritariamente entre o setor público e o setor privado.

Cabe destacar que em 2003 os principais resultados da Investe Brasil na atração de investimentos foram os seguintes:

- fábrica de células fotovoltaicas (em implantação). Investimento de R\$ 50 milhões , com expectativa de exportações de US\$ 10 milhões por ano, e gerando 500 empregos diretos e indiretos;
- fábrica de instrumentos musicais (em implantação). Investimento de US\$ 500 mil, gerando 100 empregos diretos e indiretos;
- construção de seis navios para empresa norueguesa de navegação (em consolidação). Investimento de US\$ 210 milhões;
- operação de barcos de turismo por empresa alemã (em consolidação). Investimento de US\$ 1 milhão, gerando 40 empregos diretos.

Ademais, de modo a otimizar a sua atuação, a Rede Brasileira de Promoção de Investimentos estabeleceu redes de apoio e parcerias com diversos órgãos dos Governos federal e estadual, e da iniciativa privada. Além disso, em parceria com o Ministério de Relações Exteriores estão sendo desenvolvidos estudos pelo *Foreign Investmente Advisory Service* – FIAS/Banco Mundial, voltados para a redução de barreiras ao investimento direto estrangeiro.

Gestão Pública Empreendedora

O Programa *Gestão Pública Empreendedora* - PGPE passou por importantes modificações no decorrer de 2003, com o intuito de adequar as atividades de fomento institucional, sua principal linha de atuação, às novas políticas e diretrizes de gestão, consignadas no Plano “Gestão Pública para um Brasil de Todos”. Neste sentido, todas as ações implementadas no âmbito deste Programa foram conduzidas sob a premissa de garantir um atendimento integral e integrado às organizações-clientes, garantindo quando da prestação de serviços de fomento institucional o diagnóstico e plano de soluções que considere todas as suas grandes dimensões de gestão – estratégias/planejamento, estruturas, processos de trabalho, recursos humanos e sistemas de informação.

Esta nova forma de atuação mais integrada norteou a concepção dos programas da SEGES para o PPA 2004-2007, culminando com o novo Programa *Transformação da Gestão Pública*, concebido exatamente com tais premissas. As ações mais relevantes do PGPE apresentaram os seguintes resultados em 2003:

Assistência Técnica à Implantação de Gestão Empreendedora em Organizações

Foram iniciadas ações de melhoria de gestão em 5 grupos de organizações – SLTI/MP, SPU/MP, Hospitais Federais vinculados ao Ministério da Saúde, Hospitais Universitários vinculados ao MEC e nas áreas de aquisição de medicamentos do Ministério da Saúde. Foram também iniciados estudos com vistas à implementação de projetos de melhoria institucional na Controladoria Geral da União, no Ministério de Minas e Energia e na CNEN, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Foi, ainda, implantada uma carteira inicial de projetos de otimização, utilizando-se da metodologia de análise de valor no Programa Nacional do Livro Didático no MEC, no projeto de INFOVIAS do Ministério das Comunicações e no projeto de duplicação de rodovias do Ministério dos Transportes.

Finalmente, o Programa prestou suporte à revisão de estruturas demandada pela reestruturação da Administração Pública Federal no início do novo Governo. Foram revisadas 139 estruturas organizacionais de 84 órgãos da Administração Pública Federal e analisadas 9 propostas de criação de novos órgãos/entidades.

Promoção de Eventos para Sensibilização e Mobilização das Organizações para a Gestão Empreendedora

Foram realizados diversos eventos de apresentação da proposta do Plano “Gestão Pública para um Brasil de Todos” com a participação de dirigentes governamentais e técnicos, com vistas a sensibilizá-los e envolvê-los na discussão das propostas e na implementação das ações preconizadas no Plano. O Portal da Gestão pública foi redesenhado com novas funcionalidades, com vistas à maior utilização e disseminação de experiências bem sucedidas na área de gestão.

Governo Eletrônico

A política de Governo Eletrônico ganhou um enfoque voltado para a ampliação do acesso do cidadão aos serviços e informações por meio da integração das soluções governamentais, a partir de padrões de interoperabilidade e da reestruturação do portal Rede Governo, em conexão com ações de inclusão digital.

Esse Programa está voltado para a oferta de serviços e informações do Governo em meio eletrônico, especialmente por meio da Internet. O Governo Eletrônico visa, ainda, atender às necessidades do cidadão com mais eficiência e comodidade, além disso contribui com a maior transparência da Ação governamental na medida em que facilita o acesso às informações e à comunicação direta com os órgãos e entidades da Administração Pública.

Nesse sentido, foram criados oito Comitês Técnicos de Governo Eletrônico que ampliaram consideravelmente a capacidade de mobilização e participação do Programa junto aos ministérios e demais entidades envolvidas no Programa. Os Comitês estão abertos também à participação de setores da sociedade, sendo integrados por representantes de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, que atuam na coordenação e articulação do planejamento e implementação de projetos/ações nas suas respectivas áreas de competência.

Implantação da Rede de Comunicação Informatizada do Governo Federal - Rede Governo

Essa Ação prevê a implantação e manutenção do Portal Rede Governo, que congrega os endereços de todos os serviços eletrônicos disponibilizados na *Internet* e a manutenção dos serviços de Mensageria e de Diretório para toda a Administração Federal. Neste exercício, foram concluídos 35% da Rede que estavam previstos no PPA.

O Portal de serviços e informações do Governo Federal oferece ao cidadão o acesso a um canal único conectado a todos os órgãos e entidades responsáveis pela prestação de serviços, no endereço www.redegoverno.gov.br, ao longo de 2003, recebeu cerca de 378 mil visitantes por mês. Nesse mesmo período, foi desenvolvido um módulo de gestão descentralizada para permitir a atualização de conteúdos diretamente em cada órgão responsável por serviço ou informação disponibilizada no portal. A inovação visa assegurar a contínua atualização do portal e encontra-se em fase de implementação. Cabe destacar que o portal conquistou o Prêmio Padrão de Qualidade, da revista especializada B2B Magazine, na categoria Governo Federal.

Com referência ao “Portal Corporativo do Governo Federal”, ferramenta de trabalho virtual que visa oferecer aos gerentes e técnicos recursos de apoio a grupos de trabalho e de acesso e manipulação de dados e informações, em 2003 foi transposto para plataforma aberta e atualmente encontra-se em processo de disseminação junto aos gerentes da Administração Federal.

A disseminação do portal tem avançado de forma expressiva e abrange praticamente todos os ministérios: o número de usuários do portal ao longo de 2003 saltou de 400 para 1.300 sendo que a quantidade de grupos de trabalho cresceu de 10 para 75. Destaca-se a utilização dessa ferramenta inovadora por diversos grupos de trabalho, como os da Presidência da República, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA e dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Justiça e da ENAP.

No que tange aos serviços de infra-estrutura de rede da Administração, a disseminação do serviço de Mensageria tem crescido continuamente, o que é evidenciado nos dados de volume de tráfego que avançou de 105 mil mensagens em 2002 para 413 mil em 2003. O número de usuários do serviço de Diretório, que possibilita a localização e endereçamento de mensagens por meio eletrônico entre os servidores dos órgãos e entidades da Administração Federal, cresceu de 130 mil em 2002 para 200 mil em 2003.

Concernente ao sistema de comunicação “Infovia Brasil” destinado a integrar os órgãos e entidades da Administração Federal, em 2003, foi estabelecido como prioritária a implantação da primeira etapa do projeto que compreende a Infovia Brasília.

Esse sistema de comunicação “Infovia Brasil” constitui-se de uma infra-estrutura de rede compartilhada e da oferta de um conjunto de serviços e facilidades de comunicação. Esse sistema quando plenamente implantado, poderá substituir a comunicação telefônica convencional, com ganhos de custo e escala proporcionando uma infra-estrutura avançada para o desenvolvimento do Governo Eletrônico.

A Infovia Brasília consiste em promover a implantação de uma infra-estrutura de comunicação de voz, dados e imagem, valendo-se do compartilhamento da rede de dutos do sistema de distribuição de energia elétrica instalada em Brasília.

Integração de Sistemas Informatizados do Governo Federal

O escopo do projeto de integração de sistemas informatizados que viabiliza o acesso a informações relevantes para a tomada de decisão e aumenta a eficiência de processos pela redução de duplicidade de esforços no armazenamento e gestão dos dados, em 2003, foi revisto em função da necessidade de adequação à concepção de gestão do novo Governo e às ferramentas disponíveis no mercado para a interoperação entre arquiteturas tecnológicas diversas. A integração está orientada para o atendimento a demandas prioritárias oriundas de sistemas legados da Administração Federal, bem como a especificação de novas versões de sistemas administrativos e corporativos.

Com relação à integração de sistemas na Área Social, estão sendo unificados os cadastros de informações sociais e pessoais dos cidadãos, possibilitando a centralização em uma só base de dados de todos os cadastros sociais. Foi realizada a integração de protocolos dos órgãos e entidades da Administração Federal,

abarcando um conjunto inicial de ministérios para posterior disseminação ampliada. Em função das diferenças de concepção lógica, funcional e tecnológica dos sistemas de protocolo, optou-se pela criação de um módulo integrador, de forma que são mantidos os sistemas existentes em cada órgão, enquanto o sistema de protocolo integrado, congrega informações selecionadas de cada sistema.

O novo Sistema de Protocolo deverá incorporar todas as informações dos sistemas dos órgãos e entidades, com abertura para consulta via Internet. A consulta será realizada nesse sistema unificador, possibilitando ao interessado conhecer o trâmite de seu processo ou documento, inclusive os despachos nele proferidos. Com relação aos Sistemas de Orçamento do Governo Federal, o Ministério está coordenando a transição dos modelos de operação dos sistemas anteriormente operados por empresas terceirizadas.

A atuação do Ministério na área de segurança da informação contempla a elaboração de diretrizes, de normas e a supervisão técnica no âmbito da Administração Federal. Ao longo de 2003, foram realizadas as seguintes atividades:

- coordenação de Grupos Técnicos: Grupo Técnico de Criação do Centro de Tratamento de Incidentes do Governo Federal; Grupo de Análise de Normas Técnicas; Grupo de Definição de Normas de Utilização e Disponibilização de Internet no Governo Federal;
- participação em Projetos do GSI: Elaboração do Roteiro de Pesquisa Sobre a Situação da Segurança da Informação no Governo Federal; Estudo dos modelos internacionais para o Tratamento do Tema Criptografia Comercial;
- formulação de Propostas para os GTs: Grupo de Proteção ao Conhecimento; Grupo de Pesquisa em Segurança da Informação; Grupo de Criptografia Comercial; Grupo de Normas de Telecomunicação e Defesa Nacional; e
- elaboração de dez Guias de Segurança da Informação abrangendo as dimensões físicas, lógicas e humanas.

Redução de Custos na Aquisição de Bens, Obras e Serviços

Na área de compras e contratações governamentais, foram aprofundadas ações em andamento e introduzidas, de forma intensiva, tecnologias e recursos da informática à gestão das compras e contratações da Administração Federal. Além disso, atuou-se no sentido de dar resposta às circunstâncias de disciplina fiscal e de visibilidade da questão no âmbito da sociedade. O Ministério contribuiu ativamente para as ações de otimização de despesas, com resultados imediatos no controle de despesas com diárias e passagens.

Com relação à gestão das compras e contratações, verificou-se a ampliação do uso de modalidades avançadas de licitação, com o crescimento da utilização do pregão, que ampliou sua participação no total das despesas de 10% em 2002, para 20% em 2003 (dados relativos ao acumulado de cada ano). O pregão permite a realização da licitação em menor prazo, graças à adoção de procedimentos simplificados.

O Governo Federal obteve, entre 2002 e 2003, uma redução global, de 40,5% das despesas com compras e contratações de bens e serviços (dados acumulados de cada ano), além das reduções médias da ordem de 20% nos preços, em face da intensificação da competição entre os fornecedores. O pregão eletrônico que promove a realização da compra por meio da Internet ampliou sua participação no valor total de pregões realizados, de 3,2% para 12% em 2003 (dados acumulados de cada ano).

Destaca-se o esforço empreendido no controle dos gastos com diárias e passagens em viagens de serviço. Encontra-se em fase final de implantação o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, totalmente automatizado, o qual processará todas as viagens no âmbito da Administração Federal. A criação de sistema informatizado de controle e a edição de normas determinando a seleção de tarifas mais econômicas possibilitou a redução de cerca de 30% nos custos de transporte nos trechos de maior utilização. Cabe mencionar que esta redução foi obtida em um cenário desfavorável para Administração, devido ao aumento substancial nos preços das passagens nacionais em virtude da elevação dos custos, em moeda estrangeira, das companhias aéreas.

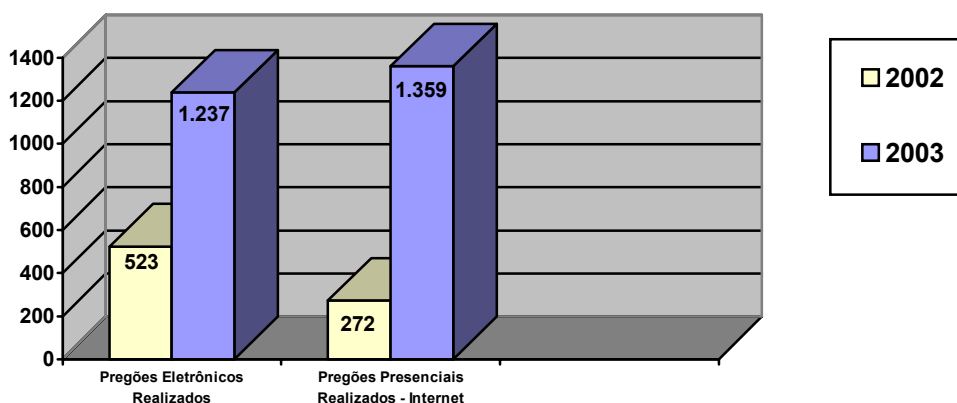
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG

No SIASG, em 2003, foram implementadas em torno de 80 adequações significativas, de acordo com as necessidades impostas pela evolução da legislação e otimização dos processos administrativos, dentre as quais destacam-se as decorrentes da integração com as bases de dados de outros órgãos, dos requisitos das compras eletrônicas, da integração do Catálogo de Materiais/serviços - CATMAT com os demais módulos do SIASG, com o

Sistema de Informações Organizacionais – SIORG e da implementação de funcionalidades no Sistema, destacando-se:

- **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores** - o registro de ocorrência do SICAF foi acrescido do código 006 – ocorrências diversas, que permite a inclusão no Cadastro de Fornecedor, de penalidade diversa daquelas que constam no Sistema;
- **Desenvolvimento de Acesso WEB para o SICAF** - visando o gerenciamento seguro da informação, foram implementadas novas rotinas integradas a outros bancos de dados, como é o caso do SICAF, disponível também na versão Web, estando totalmente integrado com as bases de dados dos sistemas corporativos da Secretaria de Receita Federal - SRF, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e Caixa Econômica Federal/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, além da Imprensa Nacional;
- **Registro de Fornecedores Inadimplentes** - por solicitação do Tribunal de Contas da União e de órgãos da Justiça Federal, foi implementada funcionalidade que viabiliza a inscrição no SICAF de Pessoa Física e/ou Jurídica inadimplente que não estejam cadastradas no referido Sistema, proibidas de contratar com o Serviço Público Federal;
- **Catálogo de Materiais e Serviços – COMAT** – adequação dos processos de integração sistêmica (conectividade e transferência de dados) entre o CATMAT e o Sistema Militar de Catalogação - SISMICAT para aplicação do Sistema Gerenciador de Dados de Catalogação – SGDC, a partir do ambiente ORACLE;
- **Implementação das Agências de Catalogação de Materiais e Serviços no Âmbito da Administração Pública** - foram treinados 21 novos técnicos para as Agências de Catalogação dos Ministérios da Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Comunicações, Educação e Tribunal Regional Federal 1ª Região, em adição aos 30 já treinados no exercício anterior;
- **Desenvolvimento do SIASG-WEB** - disponibilização de acesso WEB para os diversos módulos do SIASG, propiciando melhorias no tempo de resposta das consultas realizadas pelas UASG's e conseqüente reorganização dos procedimentos licitatórios.

HISTÓRICO – PREGÕES REALIZADOS



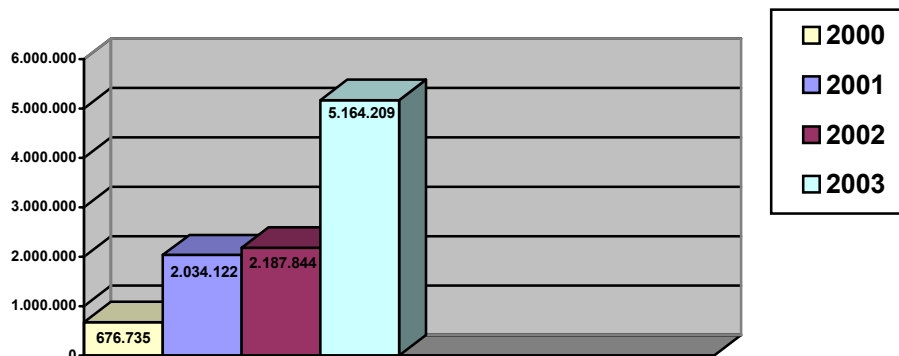
HISTÓRICO - PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO E HOMOLOGADO

Ano	Quantidade de Pregões	Valor Mínimo	Valor Referência
2002	523	46.478.950,14	62.610.549,38
2003	981	153.542.488,28	181.924.648,99

HISTÓRICO - PREGÃO PRESENCIAL REALIZADO E HOMOLOGADO

Ano	Quantidade de Pregões	Valor Adjudicado
2002	135	21.960.054,52
2003	878	79.237.174,44

DEMONSTRATIVO DE ACESSO AO SITE COMPRASNET – ANUAL



Modernização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

Relativo à Modernização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, apesar do contingenciamento de recursos orçamentários, em 2003, algumas melhorias foram introduzidas:

Modernização do COMPRASNET/SIASG - com a conversão do Comprasnet/SIASG em código aberto (Software livre), foram iniciadas as especificações dos Sistemas de Compras Eletrônicas (Pregão Eletrônico, Pregão Presencial e Cotação Eletrônica de Preços), priorizando o Pregão Presencial. Encontra-se especificado o Simulador para a nova versão do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, desenvolvido neste ano de 2003, iniciando-se a especificação do Sistema de Pregão Eletrônico Paralelamente, está sendo definido o Projeto de arquitetura para Software livre.

Consolidação da Modalidade de Pregão – Pregões Eletrônicos e Presenciais no Comprasnet – durante todo o exercício de 2003 foram concentrados esforços na consolidação dos Sistemas de Pregões Eletrônico e Presencial, realizando um volume expressivo de pregões, com ênfase para o Pregão Eletrônico, que responde, hoje, pelo maior volume das aquisições e contratações de bens e serviços comuns do Governo Federal.

Não obstante às melhorias implementadas no Comprasnet, novas funcionalidades e adequações foram implementadas no SIASG, a saber:

Sistema de Cotação Eletrônica de Preços - foi desenvolvido novo Sistema de Cotação Eletrônica de Preços em substituição ao existente, atualmente em operação piloto.

Sistema de Pregão Presencial - o Sistema passou por uma reformulação e introdução de novas funcionalidades com o objetivo de permitir ao Pregoeiro corrigir erros na operacionalização do sistema, principalmente durante a sessão pública, possibilitando a conclusão do processo integralmente no Comprasnet.

Desenvolvimento do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – voltado ao acompanhamento e controle de diárias e passagens para as viagens nacionais e internacionais dos servidores do Governo Federal.

Treinamento Operacional do SIASG

O treinamento operacional do SIASG visa a habilitação de servidores públicos federais que participam direta ou indiretamente dos processos de licitação (compras/contratações e pagamentos), nas unidades administrativas incumbidas especificamente das atividades de Serviços Gerais, nos respectivos Ministérios (Órgãos Setoriais) e nas Autarquias, Fundações – Órgãos Seccionais – de modo a viabilizar maior articulação sistêmica, e, ao mesmo tempo, criar condições para melhoria efetiva da performance da Administração Pública Federal. Para tanto, disponibilizou-se a “Escola Virtual SIASG”, desenvolvida com recursos de tecnologia da informação e comunicação, dentro dos mais avançados métodos de Ensino à Distância - EaD, para os órgãos da Administração Pública Federal.

Acordos de Cooperação Técnica

Quando da implantação do SIASG, apenas parte do Poder Executivo tinha a obrigatoriedade de sua utilização. Ao longo do tempo, diversos outros órgãos e mesmo alguns do Judiciário, manifestaram interesse na

utilização parcial ou total do Sistema, dada a boa receptividade e disseminação de dados constantes no SICAF e outros módulos do SIASG, que vieram ao encontro das reais necessidades do gestor público.

Diante dessa premente necessidade, tornou-se o SIASG um dos instrumentos mais importantes para o setor de compras governamentais, e dentro deste contexto, foram assinados diversos Acordos de Cooperação Técnica, para acesso e utilização do Sistema. Também, em decorrência de fatores de ordem governamental, o aperfeiçoamento de estratégias de controle foram essenciais no estabelecimento de políticas que interferissem diretamente nos órgãos, visando dar informações e suporte para o gerenciamento dos recursos públicos. Conforme determinações contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (de 2002 e 2003), todos os órgãos integrantes do Orçamento Geral da União devem registrar suas compras e contratações nas bases de dados do SIASG, o que proporciona uma visão integral dos gastos da Administração Pública Federal.

Acordos Internacionais de Licitações e Compras Governamentais

O atual cenário econômico mundial tem exigido dos países um maior aprofundamento em suas relações comerciais com outras nações, sob pena de restringirem seu crescimento e o desenvolvimento econômico e social. As negociações dos acordos comerciais, nas quais o Brasil tem interesse, desenvolvem-se em diversos fóruns, nos quais o Brasil tem atuado como membro integrante do MERCOSUL. Essa atuação se dá em função de sua importância estratégica, uma vez que como bloco econômico o Brasil e demais países sócios possuem uma representatividade comercial maior. O Brasil possui o maior PIB dentro do Mercosul e é o país responsável pelo maior volume de compras governamentais, que soma a quantia de aproximadamente 8 bilhões de dólares.

Dentre os inúmeros aspectos que vêm sendo negociados nos acordos internacionais, as compras governamentais têm assumido significativa importância nas negociações, sobretudo por serem os órgãos governamentais os maiores “compradores” existentes em quaisquer das economias envolvidas nas negociações.

Desenvolvimento de Gerentes e Servidores

Em 2003, foram realizadas ações buscando desenvolver as competências necessárias para atender às seguintes prioridades de Governo: difusão de conhecimento e tecnologia gerencial para servidores públicos e desenvolvimento de gerentes e servidores responsáveis pela execução do Plano Plurianual PPA 2000-2003; desenvolvimento de competências de gestão de pessoas, de organização e de lideranças, envolvidas em políticas governamentais de caráter transversal.

Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública

Essa Ação compreende os cursos realizados nas modalidades presencial e à distância para todo o Brasil, tanto em caráter regular, como os desenhados especialmente a pedido de organizações públicas, sendo voltados ao gerenciamento de equipes e à aplicação de ferramentas de gestão. Neste exercício, 8.380 servidores participaram destes eventos, representando a execução de 81,36% da meta estabelecida de 10.300 treinamentos. Destacamos a seguir projetos especiais desenvolvidos na Ação de *Desenvolvimento Gerencial para dirigentes, gerentes estratégicos e intermediários*:

Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS) e o Programa de Desenvolvimento de Gerentes Intermediários (DGI) – voltados para o desenvolvimento de gerentes e dirigentes públicos, com base em um perfil de competências desejáveis, específicas para as tarefas de direção e para cada nível gerencial. Em 2003, foram preparados 158 gerentes na modalidade de DGOS para a Presidência da República. Nos cursos de DGI, participaram 266 gerentes da FUNASA e 17 gerentes da Escola de Governo de Goiás;

Eventos para a Elaboração do PPA 2004-2007 – foram realizadas Oficinas de Elaboração de Programas PPA 2004-2007, com a participação de 424 servidores, com o objetivo de treinar equipes dos ministérios e entidades vinculadas para a elaboração do Plano Plurianual;

Capacitação em Comunicação Social - em parceria com a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica – SECOM e a Petrobrás, a ENAP promoveu capacitação em comunicação social, para profissionais de comunicação de governo que inclui o 1º Curso de Atualização em Comunicação de Governo e o 1º Seminário Gestão da Comunicação. Além desses eventos, a ENAP realizou o 1º Café com Debate, um novo tipo de evento de

aprendizado dirigido a gerentes e dirigentes da administração pública, sobre “O Direito à Informação como uma das Bases à Democracia”. Essas atividades capacitaram 158 profissionais e seus resultados possibilitaram a SECOM consolidar uma rede de profissionais de comunicação e expor as linhas estratégicas de trabalho do Governo atual no tema comunicação pública, contribuindo para a maior transparência e comunicação entre o Governo e a sociedade;

Oficinas de Planejamento Estratégico – a partir de 2003, foi assumido o compromisso de proporcionar a aplicação de metodologia de planejamento estratégico ao quadro de gerentes, dirigentes e servidores públicos da Administração Federal, tendo sido capacitados 804 servidores de diversos órgãos, como Ministério das Relações Exteriores, SERPRO, Radiobrás, SECOM/Presidência da República e Secretarias do Ministério do Planejamento (SLTI, SEGES, SOF e SRH);

Projeto de Capacitação para Implantação do Sistema de Negociação Permanente - parceria da ENAP com a SRH, tem como objetivo desenvolver uma série de atividades de natureza técnico-pedagógica envolvendo desde a elaboração de textos até a preparação e realização de seminários, oficinas e cursos, com vistas à disseminação e capacitação relativas a metodologias e instrumentos de gerenciamento de conflitos decorrentes das relações de trabalho. Foram realizados 5 eventos com a participação de 90 servidores;

Programa de capacitação para o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal - PNAGE e para o Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios – PROMOEX - O objetivo foi capacitar servidores públicos dos governos estaduais, do Distrito Federal e de alguns municípios, fornecendo-lhes o suporte teórico e instrumental necessário para elaborar, implementar e avaliar, no âmbito do PNAGE e PROMOEX, projetos de modernização de gestão a serem financiados pelo BID. Neste Programa de capacitação, realizaram-se quatro eventos com a participação de 573 servidores de todas as unidades da Federação. A ENAP também sediou o II *Workshop* do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal, com a participação de 72 pessoas, entre Secretários, assessores e técnicos de 26 unidades da Federação; e

Especialização em Gestão Pública - a ENAP obteve em 2003, um grande avanço em seu pleito de tornar-se uma Instituição de Ensino Superior, tendo obtido credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC) para ministrar, em regime presencial, o curso de Especialização em Gestão Pública, conforme Portaria nº 3.885, de 18 de dezembro de 2003.

Estudos sobre Administração Pública, Reforma do Estado e Melhoria da Gestão Governamental – Gestão Conhecimento

Ação tem o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas integrados ao processo de desenvolvimento de metodologias de aprendizagem, servindo de suporte teórico e analítico para uma adequada formação dos servidores, e também para a produção de conhecimento sobre temas importantes para a gestão pública.

A meta estabelecida pelo Programa era a realização de 6 estudos. Foram realizadas, em 2003, sete pesquisas: Negociação Coletiva no Setor Público; Processo Decisório no Núcleo do Executivo; Ação e Coordenação de Políticas Governamentais; Levantamento de Metodologia de Avaliação de Eventos de Aprendizagem; Pesquisa de Opinião sobre a Revista do Serviço Público; Avaliação de Satisfação das Organizações-clientes; Avaliação do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS); e Avaliação do curso “Desafios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas: uma visão geral”.

Formação para Carreiras do Serviço Público Federal

Ação responsável pelo processo seletivo para provimento de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Em 2003, os cursos de formação para essas carreiras passaram por criterioso processo de avaliação e reestruturação. Foram contratados especialistas para revisar a articulação entre os conteúdos cobertos na primeira fase do concurso e os ministrados nos cursos de formação, bem como o desenho e encadeamento das disciplinas e a adequação das estratégias didáticas. Como resultado, foi possível formular um Programa de formação com enfoque profissionalizante, no qual os conteúdos são inseridos em eixos temáticos direcionados ao atendimento das necessidades de capacitação para o ingresso na Administração Pública Federal.

Promoção de Eventos sobre Administração Pública, Reforma do Estado e Melhoria da Gestão Governamental – Gestão Conhecimento

Em 2003, foram realizados 18 eventos, superando a meta estabelecida. Esses eventos foram realizados por intermédio das parcerias firmadas por meio de cooperação internacional com os Governos do Canadá, França e organismos internacionais, tais como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, sem depender de recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual – LOA. Para o PPA 2004-2007, a ENAP aglutinou essa Ação à de Intercâmbio com Instituições de Excelência em Gestão Pública (6393), pois as atividades desenvolvidas nessa Ação viabilizam a realização dos eventos internacionais na Escola por meio do intercâmbio com especialistas de outros países, além do patrocínio dos organismos internacionais nas despesas com passagens aéreas, hospedagens, diárias, traduções, entre outros.

Informação e Conhecimento em Políticas Públicas

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA tem como missão prestar apoio técnico e institucional ao Governo na avaliação, formulação e acompanhamento de políticas públicas, planos e programas de Governo e ofertar à sociedade elementos para o conhecimento e solução dos problemas e dos desafios do desenvolvimento brasileiro. Em 2003, fez um esforço significativo para atender as demandas que lhe foram feitas, realizando estudos e pesquisas em apoio aos centros decisórios do Governo, e, em especial, desenvolvendo atividades atinentes ao monitoramento e à avaliação dos programas governamentais e do PPA 2000-2003.

Suas atividades de pesquisa, estudos e de formulação de políticas pautaram-se pela visão de médio e longo prazo, de modo a pensar e propor diretrizes para o desenvolvimento do País, ordenando-as em torno de quatro eixos estruturantes: crescimento sustentado (estabilização e reformas econômicas), desenvolvimento e desigualdades sociais e produtivas, redução da vulnerabilidade externa e fundamentos macroeconômicos do desenvolvimento de longo prazo; e três institucionais: rede de avaliação de políticas sociais, elaboração, acompanhamento e avaliação do PPA e políticas de inovação e impactos na competitividade da economia.

A atuação do IPEA se deu tanto no âmbito mais abrangente dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Previdência Social – em que se buscou atender à agenda de sustentação macroeconômica da estabilidade, do desenvolvimento e do crescimento; à de avanço do ajuste fiscal e da seguridade social, destacando-se nesse contexto a sua participação técnica no embasamento das reformas da previdência e tributária; e às demandas postas no Plano Plurianual e dos mecanismos de controle de gestão previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, como, num âmbito mais específico, na cooperação prestada aos Ministérios da Assistência Social, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Trabalho e Emprego, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Justiça e, em especial, nas iniciativas da Presidência da República no campo das políticas de combate à discriminação, fome e pobreza, entre outras.

Além disso, desenvolveu inúmeras parcerias e cooperação técnica, destacando-se, entre outras, as realizadas com a ANPEC, BNDES, Banco Mundial, BID, CEPAL, PNUD, Prefeituras do Recife e Rio de Janeiro, Governos da Argentina, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Cuba, Equador, Panamá, Paraguai e Reino Unido.

Coordenação Nacional de Pesquisa Econômica

Nesta Ação, no decorrer de 2003, foram desenvolvidos 22 trabalhos, tendo sido concluídos 9: Analfabetismo no Brasil; Análise de Modelos de Previsão do PIB; Comportamento do Bacen e Mecanismos Transmissão da Política Monetária: Modelo de Equilíbrio Geral Estocástico Dinâmico para o Brasil; Distribuição Espacial da População Brasileira e o Papel dos Movimentos Migratórios: Tendências Passadas e Perspectivas; Documentação e Análise do Sistema de Previdência Complementar Brasileiro; Estimativa das Elasticidades de *Armington* dos Produtos Exportados e Importados; Ocupação Econômica da Amazônia: Determinantes e Tendências ; Pesquisa de Conformação das Informações sobre Custos da Saúde do Sistema Público: Serviços Médicos, Hospitalares, Equipamentos, Materiais e Medicamentos; e Princípios Norteadores para a Política Compensatória Brasileira.

Difusão de Informações Econômico-Sociais e de Políticas Públicas

Em 2003 foram editados 90 títulos, sendo 8 livros, 3 fascículos da Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, 10 boletins e 69 textos para discussão. Foram, ainda, realizados 103 eventos nacionais (seminários, *workshops*, palestras, etc.) para cerca de 2.500 participantes e 5 eventos internacionais, em parceria com a ENAP, para cerca de mil participantes. No *site* www.IPEA.gov.br foram registrados 53,5 mil consultas/mês e 795 mil acessos à base de dados IPEADATA, e ainda, disponibilizados para acesso via Internet pela Biblioteca e Documentação 48.780 títulos.

Estudos da Rede Nacional de Instituições de Pesquisa e Planejamento – REDE-IPEA

Em 2003, foram elaborados 32 estudos, tendo sido concluídos 5: Condicionantes da Produtividade da Agricultura; Desempenho Exportador Brasileiro e Substituição Competitiva de Importações: Subsídios para os Fóruns de Competitividade; Estrutura de Mercado e a Determinação dos Preços de Medicamentos no Brasil: Um Estudo Econométrico para Subclasses Terapêuticas; Evolução dos Mecanismos de Promoção às Exportações no Brasil: Impactos no Crescimento das Exportações de produtos Manufaturados e Semimanufaturados; Padrões da Produtividade Brasileira e o Desempenho Macroeconômico dos Anos Oitenta e Noventa;

Estudos e Pesquisas voltados ao Planejamento e Orçamento

Nessa Ação, foram concluídos 17 estudos: A Regra da Formação do Preço da Energia e o Valor dos Investimentos em Geração; A Riqueza da Nação - Estimativas do Estoque de Capital e Riqueza no Brasil: 1975/2000; Análise do Efeito do Custo de Transação sobre a Propagação Espacial do Preço de Produtos Agrícolas Selecionados; Análise do Mercado de Gás Natural Brasileiro: Apreçamento de Contratos e Viabilidade Econômica da Termogeração; Clivagens Raciais no Mercado de Trabalho; Considerações sobre o Projeto de Lei PPP em face da Experiência Recente do Brasil; Diferenciais de Gênero e Raça na Previdência Social; Efeitos Distributivos da Tributação Ótima sobre o Consumo com Programas de Renda-Mínima: Micro-Simulações para o Brasil; Elementos para a Reforma da Política Compensatória Brasileira; Estimativa da Trajetória da Taxa de Câmbio de Equilíbrio; Impactos regionais do comércio Brasil-EUA na ALCA; O Ensino de Graduação no Brasil: Um Estudo Comparado entre as Redes Pública e Privada; Perfil dos Portadores de Deficiência em 1991; Rotatividade e Educação no Mercado Formal de Trabalho Brasileiro; Taxonomia dos Municípios Brasileiros; Transporte Urbano e Inclusão Social: Elementos para Políticas Públicas; e Uma Avaliação do Papel do Programa Bolsa Escola no Âmbito da Política Social Brasileira.

Acompanhamento e Análise de Conjuntura

Em 2003, foram editados os Boletins de Conjuntura (GAC); de Política Agrícola; de Política Industrial; de Políticas Sociais; e o de Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise.

Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

Nesse ano, foram realizados 37 trabalhos: Avaliação das Políticas de Flexibilização da Legislação Trabalhista; Avaliação de Programas do Plano Plurianual 2000/2003 - Exercício de 2003; Escala ótima e desempenho exportador das firmas brasileiras; Estratificação Social no Brasil - Determinantes das rendas dos ricos; Financiamento das Políticas Sociais; Indicadores do Mercado de Trabalho; Mapeamento dos mecanismos de Transferência de Renda; Política de Gestão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Monitoramento e Avaliação; Política de Inovação no Brasil: Avaliação, Desafios e Perspectivas; e Sistema de Previdência do Setor Público (União, estados e municípios).

Informações Estatísticas e Geográficas

O Programa *Informações Estatísticas e Geográficas*, que objetiva fornecer informações de natureza estatística – econômicas e sociodemográficas, geográficas, de recursos naturais e meio ambiente, manteve ao longo de 2003 as ações regulares de produção e divulgação dos resultados de suas diversas pesquisas conjunturais, estruturais, e de análises geográficas e ambientais.

Disseminação de Informações Estatísticas e Geográficas

Os resultados físicos alcançados nessa Ação foram muito superiores ao previsto para o exercício, isto em parte, devido ao processo de modernização dos meios e formas de disseminação que vem sendo realizando e que tem permitido e facilitado bastante a aproximação do órgão com a sociedade, atendendo à crescente demanda por informações.

Cabe registrar, também, que as informações produzidas pelo IBGE vêm sendo solicitadas por Organismos e Entidades Internacionais, dentre os quais podemos citar: Organização das Nações Unidas - ONU; Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO; Organização Internacional do Trabalho - OIT; Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL; Fundo Monetário Internacional – FMI; Population Reference Bureau; Instituto Nacional de Estatísticas da Bolívia; Instituto Nacional de Estatísticas e Informática do Peru; e International Sugar Organization.

Na busca de ampliar suas ações com foco no cliente, foram intensificados, ao longo de 2003, os trabalhos para a implantação do sistema informatizado de indicadores nacionais de desempenho do atendimento, com início previsto para março de 2004. Ademais, foram realizadas duas pesquisas de satisfação dos usuários que procuram as bibliotecas e livrarias dos centros de atendimento nas capitais dos estados brasileiros. A pesquisa está inserida no *Programa de Qualidade no Serviço Público* e objetiva avaliar a qualidade dos serviços públicos pela percepção do Cidadão enquanto usuário desses serviços, e orientar o gestor público sobre as melhorias prioritárias para o usuário do serviço prestado. As duas pesquisas foram realizadas nos meses de abril/maio e outubro de 2003 e apresentaram como resultados taxas gerais de satisfação 118,45% e 116,11%, respectivamente, indicando que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários.

Cabe ressaltar, ainda, a publicação "Estatísticas do Século XX", que contou com expressiva repercussão na mídia, fazendo uma avaliação mais precisa sobre os últimos 100 anos do País e proporcionando, dessa forma, condições para que se realizem as necessárias correções de rumos na construção da sociedade brasileira.

Pesquisa de Orçamentos Familiares

Em 2003, foi concluído o levantamento de informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF. Essa pesquisa, além de permitir a atualização da cesta de consumo com vistas à obtenção de estruturas de ponderação para os índices de preços ao consumidor e à mensuração da parcela de consumo em Contas Nacionais e Contas Regionais, constitui-se em importante fonte para estudos relativos às condições de vida da população e aspectos relacionados à nutrição.

Destaca-se nessa Pesquisa de Orçamentos Familiares, em relação à última - 1995/1996, a ampliação de sua abrangência, que passou a ser nacional, fornecendo informações não somente para as regiões de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC (Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, e mais Goiânia e Distrito Federal), mas também para as Grandes Regiões (área urbana e rural), Unidades da Federação (área urbana) e Municípios das Capitais (área urbana). Além disso, investigou novas questões relevantes para os estudos sobre condições de vida.

Pesquisas Conjunturais

As pesquisas Conjunturais têm como objetivo acompanhar a evolução da economia e da sociedade brasileira no curto prazo, sendo fundamentais para as ações governamentais. Nesse sentido, têm execução prioritária, tendo em vista que as informações precisam ser levantadas mensalmente dentro de um rigoroso cronograma de coleta e divulgação. O desempenho alcançado nesta Ação no exercício de 2003, foi claramente positivo, tendo sido divulgados os resultados, cumprindo a meta inicialmente prevista.

Das informações relativas à indústria, cabe ressaltar a entrada em campo da nova Pesquisa Industrial Mensal – PIM-PF, que tem como base o novo Sistema de Estatísticas Econômicas e incorpora uma ampla revisão do painel de informantes e de produtos. Durante 2003, a coleta foi realizada concomitante com a PIM-PF

tradicional com vistas, principalmente, a permitir a continuidade da série sem interrupção da divulgação dos dados conjunturais sobre a indústria. Esta revisão da PIM-PF propiciou, também, as condições de ordem técnica e metodológica necessárias para que se iniciasse o planejamento da Pesquisa de Preços ao Produtor, visando ao cálculo do Índice de Preços ao Produtor - informação nova a ser produzida pelo IBGE.

Especificamente sobre o setor de serviços e de comércio foi disponibilizada uma gama maior de dados, visto que a realização de um levantamento mais detalhado das atividades do comércio varejista em todas as Unidades da Federação por meio da Pesquisa Mensal de Comércio – PMC permite um acompanhamento mais refinado do comportamento do comércio no curto prazo.

No Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, foram divulgadas, pela primeira vez, as Contas Econômicas Trimestrais com dados da Renda Nacional Bruta, da Renda Disponível Bruta, da Poupança Bruta e da Necessidade ou Capacidade de Financiamento da Economia Brasileira. Cabe observar que até o exercício de 2002 somente os dados do PIB a preços de mercado, em volume e em valores correntes, eram disponibilizados. Além disso, foi também divulgada a Conta Financeira da Economia Nacional, trabalho realizado em parceria com o Banco Central do Brasil.

No âmbito do Projeto de Ampliação e Revisão do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, a disponibilidade de estruturas de ponderações atualizadas e nacionais a partir da nova Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003 e a modernização tecnológica dos Índices de Preços ao Consumidor proporcionam maior eficiência, qualidade e flexibilidade ao Sistema, introduzindo aprimoramentos significativos. As primeiras etapas do projeto foram implementadas em 2003.

Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais

Dentre os trabalhos produzidos em 2003, destacam-se o desenvolvimento de um banco de dados georreferenciados de recursos naturais a partir da atualização sistemática de textos e cartas dos temas de geologia, vegetação, geomorfologia, solos, recursos hídricos e climas. Destaca-se, ainda a análise das informações sobre a organização do território - subsídio fundamental às atividades de planejamento e ao atendimento às demandas de informações espaciais.

Outro trabalho relevante foi a conclusão do maior banco de dados da Amazônia Legal com informações físicas, bióticas e sócio-econômicas; mapas de solos e clima do Brasil, bem como a disponibilização de 222 cartas temáticas dos temas geologia, geomorfologia, solos e vegetação, sendo 192 cartas temáticas resultantes do contrato com a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - CISCEA/Ministério da Aeronáutica - administradora do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM. É importante ressaltar também o trabalho de atualização/revisão dos mapas da Fauna Ameaçada de Extinção, Unidades de Conservação, Parques e Terras Indígenas, visando à segunda edição do Atlas Geográfico Escolar.

Nesse ano, foram concluídos os Atlas de Saneamento e o do Censo Demográfico 2000, envolvendo o trabalho conjunto de diversas Unidades do IBGE. O primeiro constitui um importante instrumento de avaliação de eficiência dos serviços de saneamento básico prestados pelas diferentes esferas governamentais. O segundo aborda, de forma abrangente e interligada, as várias dimensões que compõem a dinâmica e o perfil demográfico da população brasileira.

Pesquisas Estruturais da Área Econômica

Em 2003, foi realizada a primeira coleta da Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC revisada, tendo como referência o ano de 2002. O principal objetivo dessa revisão foi a redefinição de variáveis e a ampliação do âmbito da pesquisa visando aumentar o grau de representatividade do setor, contemplando, ainda, a modernização, a exemplo da introdução de questionário eletrônico – preenchido via Internet.

Com relação à Pesquisa Anual de Serviços – PAS foram divulgados os suplementos de Produtos e Serviços, referentes a 2000 e 2001 trazendo, pela primeira vez, resultados do levantamento dos produtos e serviços das atividades de transportes, de telecomunicações, de informática e de serviços audiovisuais. Com base nos resultados da PAS e da Pesquisa Anual de Comércio – PAC foi divulgado o “Estudo Especial sobre Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços”.

Foram também disponibilizados os resultados da Pesquisa sobre Meios de Hospedagem, realizada no Estado do Rio de Janeiro e resultante do projeto sobre Estatísticas de Oferta Turística, desenvolvido com apoio da União Européia, no âmbito do Convênio de Cooperação Estatística União Européia, Mercosul e Chile. Essa foi uma pesquisa-piloto com caráter censitário, tendo investigado os estabelecimentos turísticos de hospedagem no Rio de Janeiro, com o objetivo de conhecer sua estrutura operacional e seu funcionamento. O papel de relevância do setor turístico na economia brasileira, tanto na geração de divisas e empregos quanto na alavancagem do processo de desenvolvimento, conjugados com a carência de estatísticas que permitam mensurar sua estrutura em níveis nacional e regional, impulsiona a realização, a partir dessa pesquisa-piloto, de estudos para a elaboração de pesquisa em âmbito nacional cujas informações irão futuramente complementar a Pesquisa Anual de Serviços.

Ainda no âmbito das Contas Nacionais, foi iniciado o planejamento do projeto de Conta Satélite de Turismo, mecanismo estatístico criado com a finalidade de verificar a real participação do setor de turismo na formação econômica do País, seja por meio da sua participação na composição do Produto Interno Bruto - PIB, seja pela incidência do setor em outros segmentos econômicos. Portanto, a exemplo do que já ocorreu em diversos países, a implantação no Brasil da Conta Satélite de Turismo contribuirá para dimensionar a real influência do setor na economia nacional, oferecendo dados que permitirão mensurar as riquezas geradas pela indústria do turismo e compará-las com as de outros setores produtivos.

As Contas Regionais ganharam uma nova vertente com a conclusão da proposta metodológica do Produto Interno Bruto/PIB Municipal, realizada em conjunto com órgãos estaduais de estatística. A publicação da proposta, que tem como objetivo principal o desenvolvimento de metodologias comparáveis de cálculo para elaboração do PIB Municipal, será divulgada em 2004. O desempenho dessa Ação foi bastante positivo, com pleno atingimento das metas previstas, tendo sido divulgado 13 resultados conforme previsto no PPA.

Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica

No contexto dessa Ação, destaca-se a divulgação da Síntese de Indicadores Sociais 2002, elaborado, principalmente, a partir dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, com a inclusão dos capítulos específicos sobre os seguintes temas: Casamentos, Separações e Divórcios; Mulher; e Trabalho de Crianças e Adolescentes. Esse trabalho apresenta um significativo conjunto de indicadores, abrangendo vários temas, com alguns dados comparativos entre 1992 e 2001.

Quanto às informações sobre o mercado de trabalho do País, cabe destacar a divulgação dos resultados do Suplemento sobre Trabalho Infantil que foi realizado junto à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2001. Esse Suplemento, realizado em parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, investigou com maior profundidade características de educação e trabalho para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, divulgando resultados para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Em convênio com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação, foi realizada a Pesquisa de Avaliação do Censo Escolar, levada a termo pelo INEP. Esta pesquisa foi em âmbito nacional com o objetivo de mensurar a qualidade das informações básicas prestadas em relação às matrículas do ensino fundamental regular, ensino médio e educação de jovens e adultos, provenientes do Censo Escolar. Ao final do trabalho, observado o sigilo legal, foi disponibilizado ao INEP o banco de dados da pesquisa com as devidas análises de consistência. O desempenho alcançado nessa Ação, no exercício de 2003, foi claramente positivo, tendo superado a meta prevista.

Sistema Informatizado de Dados Estatísticos

O IBGE realizou esforço contínuo de atualização tecnológica, constituindo acervo de informações coletadas e processadas em base de dados, com a implantação do *Datawarehouse* Institucional e o acesso ao Banco de Dados Agregados ou mesmo de Microdados via Internet, nas ferramentas como o Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA e o Banco Multidimensional de Estatísticas – BME, desenvolvidas para a disseminação das pesquisas e do Censo Demográfico.

A consolidação do Projeto de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, o início da implantação do Projeto *Software Livre* e dos sistemas de gerenciamento via *web*, interligando todas as áreas e o Sistema de Supervisão e Controle de Coleta, acarretaram uma redução no tempo do processamento das pesquisas, algo que foi fundamental para que o IBGE disponibilizasse à população e aos órgãos competentes em prazos mais reduzidos.

QUANTITATIVOS E DESPESAS DE PESSOAL

DESPESA MENSAL DE PESSOAL DA UNIÃO POR PODER, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE VÍNCULO - SIAFI

PODERES DA UNIÃO	2003												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
EXECUTIVO	4.960,2	4.451,2	4.389,9	4.995,2	5.351,4	6.520,6	5.376,7	4.982,1	4.822,1	4.916,7	7.240,4	6.771,3	64.777,8
CIVIS ¹	3.454,6	3.004,7	2.961,6	3.429,7	3.833,9	4.387,1	3.681,0	3.475,2	3.286,9	3.353,4	4.820,1	5.016,5	44.704,6
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.508,4	1.406,9	1.410,3	1.869,5	2.041,3	2.388,5	1.889,3	1.764,2	1.687,4	1.676,0	2.417,4	2.410,7	22.470,0
ATIVOS	681,0	632,3	600,4	868,2	902,7	1.054,8	966,9	789,5	753,9	770,7	1.089,3	1.214,5	10.324,4
APOSENTADOS	515,3	477,2	508,8	665,6	744,1	843,9	698,6	624,0	603,9	583,1	850,7	785,2	7.900,6
INSTITUIDOR DE PENSÃO	312,1	297,4	301,1	335,7	394,5	489,8	223,8	350,6	329,5	322,2	477,4	411,1	4.245,1
AUTARQUIAS	1.132,4	982,3	968,5	963,7	1.083,6	1.276,7	1.121,2	1.062,7	977,0	999,4	1.504,5	1.665,8	13.737,9
ATIVOS	624,9	550,7	508,9	514,3	579,5	598,2	584,7	557,8	491,5	527,8	854,8	990,3	7.383,4
APOSENTADOS	383,7	330,0	356,7	348,1	394,0	529,3	421,1	389,8	378,6	361,0	517,3	525,0	4.934,8
INSTITUIDOR DE PENSÃO	123,8	101,6	103,0	101,3	110,1	149,1	115,4	115,1	107,0	110,6	132,4	150,4	1.419,7
FUNDAÇÕES	368,1	307,5	296,3	299,7	379,7	387,1	347,8	334,0	292,7	340,1	481,8	570,5	4.405,2
ATIVOS	263,0	212,5	201,2	200,0	256,4	241,0	235,2	223,6	194,4	230,5	323,5	420,5	3.001,9
APOSENTADOS	84,3	76,8	76,5	77,5	96,6	117,9	90,6	89,1	78,6	88,3	127,9	120,8	1.124,9
INSTITUIDOR DE PENSÃO	20,9	18,1	18,6	22,2	26,7	28,2	22,0	21,3	19,6	21,2	30,4	29,2	278,4
BANCO CENTRAL DO BRASIL	58,2	62,5	61,0	57,7	58,3	58,4	64,2	60,4	59,8	60,2	0,0	0,0	600,5
ATIVOS	33,4	37,4	37,0	33,5	33,9	34,0	37,3	35,2	34,5	34,8	0,0	0,0	351,0
APOSENTADOS	23,8	24,1	23,1	23,2	23,3	23,4	25,8	24,1	24,2	24,3	0,0	0,0	239,2
INSTITUIDOR DE PENSÃO	1,0	1,0	0,9	1,0	1,1	1,0	1,2	1,0	1,1	1,1	0,0	0,0	10,3
MINISTÉRIO PÚBLICO DA	194,3	79,8	84,0	85,6	103,6	115,8	95,9	86,0	89,7	90,2	129,8	102,9	1.257,7
ATIVOS	159,2	56,6	60,6	61,5	74,4	82,7	70,1	61,5	65,0	65,3	95,2	78,7	930,7
APOSENTADOS	27,3	18,4	18,7	19,5	23,5	26,0	19,9	18,9	19,1	19,2	26,8	17,9	255,3
INSTITUIDOR DE PENSÃO	7,8	4,8	4,7	4,6	5,7	7,2	5,9	5,6	5,6	5,7	7,7	6,3	71,6
EMPRESAS PÚBLICAS	135,7	111,3	101,2	105,7	119,1	111,1	108,4	113,9	129,8	127,8	212,2	175,9	1.552,1
SOC. ECON.MISTA	57,5	54,4	40,3	47,8	48,2	49,5	54,2	54,0	50,5	59,8	74,3	90,7	681,3
MILITARES	1.505,6	1.446,5	1.428,2	1.565,5	1.517,5	2.133,6	1.695,7	1.506,9	1.535,3	1.563,3	2.420,3	1.754,8	20.073,3
ATIVOS	598,3	541,9	527,1	656,4	607,6	762,1	623,8	567,6	589,8	621,0	1.009,8	793,3	7.898,7
APOSENTADOS	546,9	545,1	543,2	548,7	549,5	800,9	549,9	550,9	554,0	550,6	800,6	555,8	7.096,2
INSTITUIDOR DE PENSÃO	360,4	359,5	357,9	360,5	360,4	570,5	522,0	388,4	391,4	391,8	609,9	405,8	5.078,4
LEGISLATIVO	247,5	270,8	233,5	248,0	228,4	334,7	305,6	297,0	233,0	246,4	252,2	590,4	3.487,5
ATIVOS	163,5	180,8	158,2	161,0	152,5	216,7	205,3	217,1	160,4	156,7	153,7	402,7	2.328,8
APOSENTADOS	66,8	71,5	59,5	69,2	59,8	93,9	79,5	62,9	57,6	71,5	78,5	152,9	923,7
INSTITUIDOR DE PENSÃO	17,2	18,4	15,8	17,8	16,1	24,1	20,7	16,9	15,0	18,2	20,1	34,7	235,0
JUDICIÁRIO	812,1	666,8	722,3	743,8	896,2	855,9	749,6	807,1	711,2	734,2	926,6	1.599,5	10.225,3
ATIVOS	606,8	488,3	549,0	565,9	717,5	619,2	551,3	618,4	523,5	555,2	683,0	1.325,5	7.803,6
APOSENTADOS	166,6	145,1	140,0	144,5	143,5	192,5	160,6	152,2	151,4	142,6	198,1	221,8	1.958,9
INSTITUIDOR DE PENSÃO	38,7	33,4	33,3	33,4	35,1	44,2	37,7	36,5	36,2	36,5	45,5	52,2	462,8
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS ²	273,6	331,0	288,5	-292,0	-125,9	-147,9	-52,5	36,4	36,0	35,4	36,5	65,2	484,2
DISTRITO FEDERAL	273,2	259,2	252,2	-328,2	-162,1	-201,1	-93,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DEMAIS ESTADOS	0,3	71,8	36,2	36,2	36,2	53,3	40,7	36,4	36,0	35,4	36,5	65,2	484,2
TOTAL	6.293,3	5.719,7	5.634,1	5.695,1	6.350,0	7.563,3	6.379,4	6.122,5	5.802,3	5.932,8	8.455,8	9.026,4	78.974,8

Elaborado: SRH/MP.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Os dados foram apurados pelo critério de competência.

Nota: Não consta despesas do Banco Central dos meses de Novembro e Dezembro de 2003 devido ao não envio e recebimento do mesmo.

1 - Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mistas que recebem recursos do Tesouro, EPU - encargos previdenciários da união e servidores do MRE lotados no exterior.

2 - Transferências Intergovernamentais referem-se ao repasse de recursos federais a Estados e DF para pagamento de pessoal.

QUANTITATIVO DE SERVIDORES DA UNIÃO POR PODER, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE VÍNCULO – SET/2003

PODERES DA UNIÃO	QUANTITATIVO DE SERVIDORES DA UNIÃO, SEGUNDO A SIT. DE VÍNCULO			TOTAL
	ATIVOS	APOSENTADOS	INST. PENSÃO	
Executivo	825.583	520.815	403.576	1.749.974
Civil ¹	457.558	385.933	226.367	1.069.858
- Administração Direta	198.914	232.061	177.510	608.485
- Autarquias	192.984	119.643	36.055	348.682
- Fundações	65.660	34.229	12.802	112.691
Banco Central do Brasil	4.789	3.211	278	8.278
Ministério Público da União	7.670	1.471	655	9.796
Empresas Públicas ²	27.097	-	-	27.097
Sociedades de Economia Mista ²	6.951	-	-	6.951
Militares	321.518	130.200	176.276	627.994
Legislativo	22.717	7.242	3.566	33.525
Judiciário	82.020	15.813	5.528	103.361
TOTAL	930.320	543.870	412.670	1.886.860
Transf. Intergovernamentais ³	115.755	40.210	24.709	180.674

Elaborado: SRH/MP.

Fonte: SRH/MP e STN/MF

1 - Inclui contrato temporário

2 - Recebem recursos de tesouro

3 - Nº de Empregados de outras esferas de Governo pagos com recursos das transferência Intergovernamentais

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE SERVIDORES DA UNIÃO POR PODER, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE VÍNCULO – SET/2003

PODERES DA UNIÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE SERVIDORES DA UNIÃO (%)			TOTAL
	ATIVOS	APOSENTADOS	INST. PENSÃO	
Executivo	47,2	29,8	23,1	100,0
Civil ¹	42,8	36,1	21,2	100,0
- Administração Direta	32,7	38,1	29,2	100,0
- Autarquias	55,3	34,3	10,3	100,0
- Fundações	58,3	30,4	11,4	100,0
Banco Central do Brasil	57,9	38,8	3,4	100,0
Ministério Público da União	78,3	15,0	6,7	100,0
Empresas Públicas ²	100,0	-	-	100,0
Sociedades de Economia Mista ²	100,0	-	-	100,0
Militares	51,2	20,7	28,1	100,0
Legislativo	67,8	21,6	10,6	100,0
Judiciário	79,4	15,3	5,3	100,0
TOTAL	49,3	28,8	21,9	100,0
Transf. Intergovernamentais ³	64,1	22,3	13,7	100,0

Elaborado: SRH/MP.

Fonte: SRH/MP e STN/MF

1 - Inclui contrato temporário

2 - Recebem recursos de tesouro

3 - Nº de Empregados de outras esferas de Governo pagos com recursos das transferência Intergovernamentais